

## COMISSÃO DE SAÚDE

### SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 3.995, DE 2021

Dispõe sobre a identificação, prevenção e tratamento dos casos de Transtorno de Acumulação, no âmbito da atenção à saúde e do meio ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a identificação, prevenção e tratamento dos casos de Transtorno de Acumulação, por meio de ações integradas dos órgãos da saúde e, quando necessário, do meio ambiente.

Art. 2º A definição do Transtorno de Acumulação será atualizada na forma de regulamento do órgão federal gestor do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único – O Transtorno de Acumulação, para efeitos desta Lei, poderá ser o transtorno primário que acomete o paciente ou comorbidade de outro transtorno psiquiátrico.

Art. 3º As unidades de saúde públicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), devem prestar orientações aos pacientes, seus familiares e à sociedade sobre o Transtorno de Acumulação, bem como oferecer tratamento específico por profissionais habilitados.

Art. 4º Os casos de Transtorno de Acumulação identificados deverão ser analisados por equipe de saúde mental e, quando houver impacto ambiental significativo, por equipe de saúde ambiental.

§ 1º O poder público poderá desenvolver programa específico com a propositura de protocolos e ações integradas para o enfrentamento das consequências do Transtorno de Acumulação, focando em situações de impacto para o meio ambiente e a comunidade, bem como para a assistência ao paciente e seus familiares.



§ 2º Quando, por razões inerentes ao Transtorno de Acumulação, o paciente recusar ou não aderir ao tratamento ambulatorial, a unidade de saúde responsável deverá ofertar ao paciente a atenção domiciliar à saúde, bem como empreender a busca ativa, com o objetivo de potencializar os resultados do tratamento.

Art. 5º Nos casos de Transtorno de Acumulação em que os objetos de acumulação compulsiva forem animais, e havendo risco à saúde pública, os animais deverão ser encaminhados para centros de tratamento, proteção e defesa dos animais, do poder público estadual ou municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 3 de setembro de 2025.

Deputado **ZÉ VITOR**  
Presidente

